

A AÇÃO POLÍTICA DA IALORIXÁ EUGÊNIA ANA DOS SANTOS

AMANAIARA CONCEIÇÃO DE SANTANA MIRANDA*

“[...] as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução” (PERROT, 1995: 09). Partindo desta frase, acrescento que, em se tratando de mulheres negras e de axé: “as mulheres negras e de axé têm uma história de ação política que não é apenas destinada à escravização e nem exclusivamente ao sagrado”.

Até o século XIX, havia pouca visibilidade das mulheres na história. E a mulher que estava sendo visibilizada não era “qualquer” mulher. Tanto na França, como na sociedade norte-americana na maioria dos relatos dos cronistas, as mulheres aparecem como excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. “A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem” (PERROT, 1995: 23).

(...) À mulher negra, contudo, devido a sua forma de inserção na sociedade escravista, foi negada a sua condição precípua de mulher, tornando-a, dessa maneira, apenas mais uma mercadoria senhorial. O cotidiano da mulher negra no mundo dos homens, entretanto, impunha procedimentos que visavam a autoproteção e a luta pela sobrevivência (SOARES, 2001: 35).

A partir da afirmação da pesquisadora Cecília Moreira¹, em seu artigo *Negras nas Ruas, Outros Conflitos*, se evidencia a reflexão sobre como foi mais difícil para as mulheres negras pensarem em outras ações que não lhe trouxessem o mínimo para a sobrevivência.

* Professora e coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação SMED-SSA, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA, pesquisadora associada do Núcleo de Estudos em Línguas e Culturas Africanas e Afrobrasileiras–NGEALC/UNEB.

¹ Ao longo do texto algumas vezes será utilizado o nome completo do/a autor/a para visibilizar a produção de mulheres e de homens que as obras são divulgadas de maneira restrita no âmbito acadêmico.

2

Apresentar a história das mulheres brancas era difícil e disso se fazia pouca questão no século XIX, e ainda existia o problema das fontes documentais que se organizavam com base no princípio de que a história é a memória da República e da Nação, o relato histórico se organiza, então, em torno dos acontecimentos públicos. No caso das mulheres brancas, elas estavam durante a maior parte do tempo ausentes desses lugares, mas no caso das mulheres negras que viviam nas ruas, a questão era outra e mais séria. Além do fato de terem que trabalhar para garantir a própria sobrevivência, há também o agravante de outros marcadores sociais que se agregam ao corpo da mulher negra. Donna Haraway (2004), no texto *Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*, ainda sinaliza que o gênero associado a marcadores sociais como raça/etnia e classe adquirirá outros significados, pois é acentuado, intensificado quando atravessado por estes.

Se mulheres brancas eram enxergadas sem protagonismo, mulheres negras eram vistas sem qualquer traço de humanidade. Para Joan Scott, gênero, enquanto categoria de análise, está centrado na significação, no poder e no ator: "gênero é tanto um elemento constitutivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder".

A relação entre os sexos não era e ainda não são iguais. A forma para escrever a história também difere (PERROT, 1995: 28).

Escrever este artigo é uma tentativa de nos aproximarmos de uma história que ainda não está sendo vista pelo movimento feminista sobre algumas atividades e postura das mulheres que pertencem às religiões afrobrasileiras². A resistência deste movimento talvez ocorra devido à falta de análise de fontes que possam reverberar o protagonismo das Ialorixás³, que durante os séculos XIX e XX, participaram silenciosamente do acolhimento a procurados políticos ou de reuniões dentro dos terreiros de nação Nagô *Ketu* na Bahia.

Segundo Kia Lilly Caldwell (2000), a resistência a pesquisar mulheres não brancas, pode se tratar também de resistência ideológica, pois conta com a cumplicidade de mulheres

² A palavra 'afrobrasileiras' está escrita sem hífen, pois parto da concepção de que as duas descendências se unem e não estão à parte.

³ Sacerdotisa da nação de Candomblé Nagô-ketu, Mãe de Santo/Orixá. Na nação de Candomblé Angola é chamada de Mamento e na nação Jeje é chamada de Rumbono. (CASTRO, 2005: 247-331)

3

brancas com seu privilégio racial e também a influência em reforçar a subalternização das mulheres negras. Essa autora ainda nos mostra que a intersecção entre gênero e raça não foram prioridade nas pesquisas aqui no Brasil. E quando acontece alguma pesquisa com este recorte, a autoria é de pesquisadora negra ou ativista.

A escolha de falar da participação de uma Mãe de Santo da nação Ketu Nagô não é por achar o tema superior, mas pela visibilidade que essa nação tinha no período histórico em questão⁴. Tornar visível o que estava escondido, reencontrar traços e se questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres de Axé (Ialorixás) enquanto sujeitos da história é necessário, pois iremos pluralizar o protagonismo das mulheres. Como escreve Kenneth Burke, "uma maneira de ver é também uma maneira de não ver".

Em 2001, no terreiro de candomblé *Ilê Axé Opô Afonjá*, no evento *Alaiandê Xirê*⁵, a Ialorixá Stella de Oxossi relatou que pouco se sabe sobre as ações das mães de santo durante momentos de conflitos políticos. Esse fato deixava-a profundamente triste, pois não havia o reconhecimento e sim a marginalização dos feitos das Ialorixás. Poucos escritores falam sobre isso, mas as pessoas da Academia que estudam a história das mulheres negam a participação das mulheres negras e, principalmente, de Axé, no processo histórico político aqui na Bahia e no Brasil. Mãe Stella ainda complementa que Mãe Aninha (Eugênia Ana dos Santos) teve atitudes impensáveis sobre a garantia da sobrevivência de alguns políticos que exerciam atitudes marginalizadas pelo governo baiano nas décadas de 1930 e 1940.

A fala da Ialorixá Stella ficou guardada na minha lembrança, mas durante uma defesa de dissertação na Universidade do Estado da Bahia, em março de 2012, o historiador Ubiratan de Castro cita a participação de mãe Aninha no II Congresso Afrobrasileiro de 1937, ressaltando sua importância na época.

E é uma ação específica da Ialorixá Eugênia Ana dos Santos/Mãe Aninha que apresentarei. E quem é Mãe Aninha? Segundo Vivaldo da Costa Lima (2004), Mãe Aninha era uma personalidade que transcendia o ambiente dos terreiros e se impunha, igualmente, à

⁴ Ver LIMA, A Família de Santo, 2003, p. 29 – 35.

⁵ Festival Itinerante dos sacerdotes tocadores das religiões afrobrasileiras que acontece anualmente na Bahia.

4

sociedade inclusiva – tendo uma atuação na sociedade global, no plano da influência política, no sentido atual e abrangente do conceito de política.

Para compreender a atuação política de Mãe Aninha citarei novamente LIMA (*op.cit*), pois o autor apresenta o conteúdo de uma carta de 8 de janeiro de 1938, onde Nelson Carneiro informa a Artur Ramos: "Morreu há dias, D. Aninha, do Opô Afonjá, braço do Congresso, sua admiradora". E aí o autor faz a reflexão sobre o trecho da carta: Pode-se imaginar quanto terá custado a Édison Carneiro resumir, nesta curta frase, carregada de intenções, todos os sentidos de respeito e gratidão que mantinha pela falecida Ialorixá, desde a ajuda que ela lhe prestou na realização do Congresso até o *santuário* que lhe concedeu, no seu terreiro situado no bairro São Gonçalo em Salvador, no fim do ano de 1937, quando Carneiro ali se refugiou da perseguição da polícia política. Este fato, lembrado por Carneiro a Senhora e seus Obás, muitos anos depois, é também mencionado no livro de Deoscóredes M. Santos, filho de Senhora, Açobá do Terreiro, no seu livro *Axé Opô Afonjá*.

Em fins de 1937, com a proclamação do Estado Novo, o escritor e etnógrafo Édison Carneiro, sendo perseguido, refugiou-se no Terreiro, tendo Mãe Aninha encarregado Senhora de velar por ele, lhe prestar assistência. Esse fato por muitos anos foi conhecido apenas de Aninha e Senhora, até que o próprio Édison Carneiro deu-lhe divulgação pública. Segundo Michelle Perrot (2007) existem fontes que falam das mulheres. Fontes que emanam de mulheres, através das quais se podem ouvir diretamente suas vozes.

Segundo Karen Offen (2009), a história das mulheres refere-se à história, inclusive dos homens, mas as abordagens com a perspectiva de gênero, com destaque para as atividades e as ideias das mulheres e seus problemas são argumentos importantes e fundamentais para contar a história da humanidade - restabelecer as mulheres na história permanece como uma tarefa vital nas suas histórias, mas este nunca foi o único objetivo das historiadoras contemporâneas.

A insistência sobre a presença das mulheres na história não é nova, mas a das mulheres negras talvez o seja. Em virtude de direitos negados às mulheres negras muito mais

5

do que às mulheres brancas, as negras buscaram direitos que já eram acessados por mulheres brancas. Um exemplo é a entrada e a permanência nos espaços acadêmicos

Os esforços de ativistas para prestar à história das mulheres um arquivo de banco de dados rico atingiram o seu ponto máximo no início dos anos 1930 com a fundação da Biblioteca Schlesinger para uma história das mulheres na *Harvard University* (EUA).

As historiadoras das mulheres, a partir de uma abordagem acadêmica para a pesquisa vieram, através de diferentes metodologias, entre as quais se encontram as reconstruções e reinterpretções das biografias de mulheres: reinterpretções comparativas transculturais, opiniões, histórias orais, visuais e objetos materiais.

Karen Offen afirma que havia, pelo menos, duas audiências para a história das mulheres. A primeira acompanhou os Movimentos de Mulheres ativistas, atingindo um público geral. A segunda audiência foi no mundo universitário, onde havia, em número crescente, alunos em classes de diversos graus, incluindo doutorado interessados na história das mulheres. Mas quem se interessaria pela história de mulheres negras, e além disso pertencentes a uma religião historicamente marginalizada pela classe dominadora?

As historiadoras das mulheres começaram a participar nas conferências de *História das Mulheres Berkshire* nos eventos de 1973. Desde o início, essas historiadoras participaram em países diferentes. A primeira conferência internacional foi realizada no final de 1970 e no início de 1980, nos Estados Unidos e Europa Ocidental.

Vários desafios estavam por vir para a construção da história das mulheres. Uma referência para o esforço de escrever uma história do mundo. Este esforço iria confrontar abordagens necessariamente atuais para a história do mundo, que são a maioria das vezes com base na comparação de "sistemas" e "processos" e parecem ignorar as vidas de pessoas reais. A história das mulheres, nessa perspectiva, tem como objetivo humanizar a história do mundo.

Engajada no movimento de mulheres, Michelle Perrot (2007) desejava conhecer a história das mulheres e trabalhar com essa temática, visto que o enfoque era escasso e havia

6

uma demanda real a esse respeito. Este seu interesse surge na década de 1970, sob a perspectiva de inserir as mulheres na história. Dessa forma, a autora vai tentar compreender por que a existência desse silêncio em relação à mulher. E como este silêncio foi sendo quebrado?

O enfoque dado à história das mulheres mudou em seu objeto, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres para chegar a uma história de mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história para tornar-se mais especificamente uma história de gênero, que insiste nas relações entre os sexos e íntegra a masculinidade, alargando, desse modo, as perspectivas espaciais, religiosas e culturais.

Escrever a história da ação política de uma Ialorixá talvez seja fazer o exercício da resistência, mesmo quando se escreve a partir do olhar dos outros. Contudo, as fontes de pesquisa sempre se constituem problemas, uma problemática que não pode inibir o relato dos fatos, pois, ao trazer a público determinada história, sofrerá críticas e, assim, outros/as historiadores/as poderão fazer ou não a busca de dados mais consistentes e desse modo, a história vai ganhando visibilidade. A permanência do confinamento da história das mulheres não favorece o mundo real, uma vez que elas também são protagonistas deste mundo.

Ao falar em fontes, (PERROT, 2007: 11) afirma: “[...] as fontes jorram para o olhar de quem as procura. Esse olhar, que faz o relato, que é a história”.

As mulheres negras e de Axé ficaram muito tempo fora do relato histórico, e ainda não existem muitos estudos sobre elas, como se estivessem destinadas a ser sujeito de “última categoria” praticamente “Ninguéns”.

As Ialorixás são imaginadas, representadas, mas pouco se procura estudar seus feitos políticos. A negação da participação dessas mulheres em ações políticas é uma tentativa de invisibilizá-las. A justificativa de algumas historiadoras pela dificuldade de falar destas

7

protagonistas é extremamente esvaziada. Muitas pesquisadoras alegam não conhecer os fatos, ou negam a existência de fontes a serem consultadas.

Segundo Michelle Perrot (2007) para escrever a história, é indispensável consultar fontes e isso fica mais difícil quando se trata de fazer a história das mulheres em virtude de sua presença quase sempre apagada e pelo fato de que muitos vestígios/arquivos foram destruídos ao longo do tempo. Os melhores trabalhos de história das mulheres não estudam a vida das mulheres de maneira isolada, há um esforço para vincular com outros temas históricos.

Concluimos, então que fazer a história das mulheres nunca foi e nem será fácil, mas é preciso ter vontade política e principalmente imaginar que se estará fazendo a *teoria da resistência* que, segundo o professor e historiador Ubiratan de Castro, essa teoria teria o objetivo de visibilizar a história das/os subalternizadas/os.

De acordo com os estudos de Joan Scott é necessário pensar a identidade de gênero e classe social, como base para a construção da história das mulheres.

À diversidade das experiências das mulheres brasileiras é preciso dar um maior enfoque para “diferença” racial e para a relação entre raça e gênero. Ao contrário dos estudos feministas nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Canadá, a maioria dos estudos feministas brasileiros não reconheceu a importância da raça e das diferenças raciais na constituição do gênero e das identidades das mulheres. (CALDWELL, 2000: 91)

Diferente do feminismo acadêmico desenvolvido em outros países, as pesquisadoras feministas brasileiras estão caminhando mais devagar na inclusão raça/etnia nos estudos sobre as mulheres.

Pensando ainda nas representações das mulheres negras que aparecem na história, principalmente na literatura brasileira, o que correntemente surge são personagens como: Tia Anastácia, Rita Baiana, Gabriela Cravo e Canela, Tereza Batista, dentre outras. Personagens que são objetos e não sujeitos da história.

Segundo Fernanda Felisberto (2012), quando insistimos em querer provar que existem outras vozes como protagonistas na história ou escritoras, encontramos, com boa vontade, Carolina Maria de Jesus, muito mais pela ousadia do conteúdo e sua precária condição social do que propriamente pelo reconhecimento da insurgência de uma autora. Mais timidamente, temos ainda Maria Firmina dos Reis e, atualmente, Ana Maria Gonçalves, com seu romance *Um defeito de cor*, apresentada, frequentemente, descolada, solto da figura de escritora negra. Paradoxalmente temos Conceição Evaristo, uma unanimidade entre as/os pesquisadoras/es da área de relações raciais, mas ainda edificando seu lugar dentro dos espaços de tradições intelectuais brasileiras. Esta presença opaca, tímida das escritoras negras não é diferente dos impasses enfrentados nos outros âmbitos da vida pública e privada.

Assim também acontece com muitas feministas acadêmicas que desconhecem inclusive pesquisadoras brasileiras que discursam e teorizam sobre gênero e relações raciais como: Lélia González, Ana Célia Silva, Sandra Azerêdo, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Stella Azêvedo (Mãe Stella de Oxossi), Nilma Lino, Matilde Ribeiro, Conceição Evaristo, Cláudia Pons Cardoso, Suely Messeder, Cecília Soares, Florentina Souza, Nascimária Luz, Maria Nazaré Lima, Makota Valdina, dentre outras. O desconhecimento talvez ocorra por não credenciar tal status às pesquisadoras negras. Como também pelo desconhecimento das lalorixás como protagonistas em ações políticas, por esse aspecto de suas vidas não ser visto como algo relevante. Já presenciei em uma palestra, no final da década de 1990 do século XX, uma feminista dizer que, mesmo quando as mulheres de axé tiveram alguma participação política no período do Estado Novo ou no Golpe de 1964, não tinham consciência do que estavam fazendo.

A invisibilidade das mulheres negras como protagonistas na história se dá pelo método de pesquisa objetivista, considerando, ainda, marcos teóricos que se fazem presentes no mundo acadêmico.

Desde o século XX, as feministas tentam construir arquivos de mulheres para lutar contra o esquecimento e dispersão na história, mas é importante pensarmos que os arquivos contenham as histórias de diferentes mulheres sem predileção de cor, classe social ou nível de escolaridade.

Para ouvir suas vozes – as palavras das mulheres -, é preciso abrir não somente os livros que falam dela, os romances que contam sobre elas, que as imaginam e as perscrutam - fonte incomparável -, mas também aquelas que elas escreveram. Folhear os jornais lançados por elas desde o século XVIII. Por conseguinte, transportar com elas, obstáculos que durante tanto tempo, impediram seu acesso à escrita, fronteira proibida do saber e da criação... (PERROT, 2007: 31).

A crítica feminista consiste no fato de que a historiografia não viu as mulheres, que a História silenciou a mulher que alega possuir um discurso englobante, que é preciso repensar o modo de fazer a História. Então, agora é importante também repensar na inclusão das histórias das mulheres negras para romper com o grupo hegemônico que está instituído no circuito dos estudos feministas e nos estudos das histórias das mulheres no Brasil e na Bahia.

Margaret Rago (1998) propõe nova forma de conceber a produção do conhecimento, do projeto feminista de ciência alternativa. Ela denunciou o conhecimento como hegemônico. Assim, me filio aos seus posicionamentos. E, no caso das mulheres negras e das Ialorixás, minha crítica é feita para algumas feministas da segunda onda, que ainda não enxergaram, ou pouco enxergaram protagonismo das mulheres negras, sobretudo das Ialorixás no cotidiano da história do Brasil.

É fato que o pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de fazer conhecimento, porém é uma subjetividade que não dá espaço a qualquer outra subjetividade, mas sim à subjetividade de mulheres brancas, classe média, classe alta, escolarizadas e que possuem outros marcadores sociais que são prediletos na sociedade brasileira.

O feminismo propôs uma nova relação entre teoria e prática. Teoricamente se diz fazer as histórias das mulheres, mas, na prática, só é feita a história de mulheres com conhecimento formal, padrão da sociedade ocidental.

Para a historiografia feminista, todos os conhecimentos se tornam possíveis de serem historicizados, porém o movimento feminista não vem conseguindo concretizar essa ideia, pois as mulheres que são historicizadas estão em lugar de predileção na sociedade dentro do movimento feminista acadêmico. As mulheres de Axé/Ialorixás fogem do padrão requisitado pela Academia, não sendo citadas, ou quando isto ocorre, é de maneira rápida e sem

10

contextualização. Este fato é relatado aqui a partir da minha experiência enquanto mulher negra que participa de movimentos sociais e transita pela Academia.

É importante inovar libertariamente, abrindo o campo das possibilidades interpretativas, propondo múltiplos temas de investigação, formulando novas problematizações, incorporando inúmeros sujeitos sociais, construindo novas formas de pensar e viver a história das mulheres.

A tentativa com a produção deste texto é um convite à reflexão, sobre as possibilidades de se ampliar o conhecimento acerca da participação das mulheres de Axé/Ialorixás na ação política da sociedade baiana. Mesmo expondo um único fato, podemos buscar os que já foram escritos para escrevermos outros novos. Assim, sem pretensão de fazer história, este artigo apresenta algumas incursões acerca da invisibilidade das mulheres negras/Ialorixás, como também é um ensaio para futuros estudos que pretendo fazer sobre outros fatos que envolveram a vida de Eugênia Ana dos Santos, com enfoque para a sua atuação durante a década de 1930 e 1940 do século XX.

Referências

BERNARDO, Teresinha. Negras mulheres e mães: lembrança de Olga de Alaketu. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil. Estudos Feministas. 2000, p. 91-108.

CASTRO, Yeda Pessoa. Falares Africanos na Bahia. Academia Brasileira de Letras. Top books. Rio de Janeiro/RJ. 2. Ed. 2005. p. 246-247.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cad. Pagu. 2004, n. 22, p. 201-246.

LIMA, Vivaldo da Costa. A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais. 2. ed. Salvador: Corrupio, 2003

11

OFFEN, Karen. História de las mujeres. La Aljaba segunda época. Revista de Estudios de la Mujer. V. XIII, Ano 2009. Luján: Universidad Nacional de Luján, Universidad de la Pampa. Argentina. 1998. p.15-33,

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In.: Cadernos Pagu, n. 4, 1995. p. 9-28

_____. Escrever a história das mulheres. In.: _____. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margaret. Epistemologia feminista, gênero e história. In.: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.) Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21- 41.

SARDA Amparo Moreno. Em torno al androcentrismo en la historia. Cuadernos inacabados. El arquetipo viril de la historia. Ejercicios de lecturas no andocentricas. Barcelona: La Sal. 1987. p. 17 – 52.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In BURKE, Peter (org.) A escrita da História. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP. 1992. p. 63 – 95.

_____ Prefácio a “Gender and Politics of history” Cadernos Pagu, n 3, Campinas/SP, 1994. p. 11 – 27.

SOARES, Cecília Moreira. A Negra na Rua, outros conflitos. In: SARDENBERG, Cecília M. B. et al. (org). Fazendo Gênero na historiografia da Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 2001. p. 35-47.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. Cadernos Pagu, n. 3, Campinas/SP. 1994. p. 29-62.

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2682:catid=28&Itemid=23. acessado no dia 21 de julho de 2012.